

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Voz da Unidade 506

Class.: _____

Data: 17.10.90

Pg.: _____

A morte anunciada

A questão dos índios Yanomami deixou de ser brasileira, internacionalizou-se definitivamente, desde quando a Organização das Nações Unidas recebeu um abaixo-assinado com mais de 500 mil assinaturas denunciando o genocídio daquele povo na fronteira amazônica. Agora, a situação está ainda mais insustentável, pois sem a adoção de medidas efetivas contra a presença de garimpeiros e posseiros nas áreas indígenas os Yanomami não terão mais dois anos de vida.

Ao longo da fronteira com a Venezuela, a noroeste de Roraima, abandonados pela Funai e sem a assistência dos missionários expulsos da área em 1987, os Yanomami são dizimados por doenças ou mesmo a desnutrição. Totalmente dependentes dos garimpos, abandonaram suas roças, desapareceram a caçar e agora perambulam como mendigos em suas próprias terras. Perderam a vontade de viver — e, com isso, a de lutar.

Somente no mês passado o governo liberou recursos para concluir a Operação "Selva Livre", que prevê a retirada de cinco mil garimpeiros da região, a distribuição de alimentos entre os índios e assistência médica. O trabalho deveria ter sido iniciado há meses, mas o governo federal limitou-se a explorar demagogicamente a explosão de 63 pistas de aterrissagem localizadas na região, o que na verdade não aconteceu. Somente treze pistas foram destruídas e, mesmo assim, os garimpeiros voltaram e já recuperaram três delas, em Xiriana, Maracanã e Rainha do Inajá.

Somente um estudo aprofundado pode revelar toda a tragédia dos Yanomami, que começaram a ser dizimados com a abertura da Perimetral Norte, na década de 70, abrindo um ciclo de ocupação que tem como principal atrativo a exploração dos rios ricos em ouro que cortam a região.

Os números da tragédia são assustadores: somente em Paapiú, segundo a Comissão pela Criação do Parque Yanomami, 43% das pessoas recenseadas



Um inimigo na Funai

O inimigo número um dos índios Yanomami, para espanto da opinião pública, é o novo presidente da Funai, o sub-oficial da reserva da Aeronáutica Cantídio Guerreiro Guimarães, nomeado pelo presidente da República, Fernando Collor, no dia 16 de agosto passado. Guerreiro, de 53 anos, foi escolhido entre cinco nomes sugeridos pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral. A lista incluía o índio Marcos Terena, os indigenistas Sidney Possuelo e Cláudio Romero e o antropólogo Antônio Flávio Teza.

Guerreiro foi superintendente da Funai na gestão de Romero Jucá Filho, estando com ele envolvido no caso da extração ilegal de madeira de áreas indígenas de Rondônia. Os indigenistas o acusam de ser ligado ao Grupo Paranapanema, que teria beneficiado com uma autorização para a empresa de mineração Taboca S/A, subsidiária do grupo, utilizar a estrada ilegal que construiu nas terras dos índios **Waimiri-Atroari**. Segundo as entidades de defesa dos povos indígenas, dois superintendentes regionais nomeados pelo novo presidente do órgão são ligados a mineradoras: Dinarte Medeiros, de Manaus, e Salomão

Santos, de Belém.

As declarações do novo presidente da Funai são bem reveladoras de seus propósitos. Logo ao tomar posse, anunciou que pretende dar prioridade aos índios Yanomami. Essas medidas seriam a demarcação das terras com base na portaria interministerial 250/88. É a política das "ilhas" de Romero Jucá, o que provocou os protestos do secretário de Meio Ambiente, José Lutzenberger, e reforçou as preocupações do ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, com a situação dos Yanomami e suas conseqüências para o Brasil no exterior.

O novo presidente da Funai assume um órgão sem condições de cumprir sua finalidade. A reforma administrativa em curso no governo federal colocou 401 funcionários da Funai em disponibilidade, metade dos quais lotados nas aldeias. Na mesma situação estão outros 888 funcionários que aguardam exoneração, todos com estabilidade. Até o único intérprete da língua Yanomami da Funai, Davi Yanomami, foi colocado à disposição. A medida somente foi suspensa devido à grande pressão das entidades indígenas.

havam perdido de um a sete parentes diretos entre 1987 e 1989.

Por toda a região é possível encontrar as marcas da destruição: as malocas queimadas por garimpeiros ou simplesmente abandonadas pelos índios, fugindo da fome e das doenças. Eles acabaram morando nas proximidades de acampamentos, em tapiris improvisados, cobertos com plásticos deixados por garimpeiros, que continuam operando sem problemas. Ali mesmo em Paapiú há dezenas de garimpos, em locais pouco devassados, mas que operam com pleno conhecimento das autoridades.

O aeroporto de Boa Vista agora serve apenas de apoio logístico para as aeronaves que trafegam na região, com movimento menos intenso para o garimpo, mas nas proximidades da Capital há dezenas de pistas em plena operação. A principal é a Cariri-Picão. Nas proximidades das pistas há prostituição, epidemias e morte, inclusive de crianças.

No coração das terras Yanomami, a região do Alto Parima, o garimpo de cassiterita e ouro prossegue sem problemas. Apoiado no decreto 89.890/90, que criou três reservas garimpeiras dentro da área interdita para os Yanomami por decisão judicial em 1989. Um poderoso lobby, envolvendo garimpeiros, políticos, militares e funcionários da própria Funai, mantém esse estado de coisas. Não é à toa que os dois principais garimpos da região são explorados por José Alírio Machado, ex-presidente da União dos Sindicatos dos Garimpeiros da Amazônia, e Lauro Teixeira Junior, atual presidente do Sindicato dos Garimpeiros do Alto Parima.

Está em vigor, por incrível que possa parecer, a condenada política do ex-governador de Roraima e ex-presidente da Funai, Romero Jucá, que concorre ao governo do estado, que previa a criação de reservas de garimpagem na área indígena. A invasão das terras por mais de 30 mil garimpeiros começou em 1988, com o projeto Meridiano 62, que pulverizou o território Yanomami em 19 "ilhas" e duas florestas nacionais.

Em Surucucus, Jeremias e Paapiú, onde a Funai deveria realizar um intenso trabalho de assistência aos indígenas, a situação é reveladora: os índios — crianças, velhos e adultos — chegam doentes e famintos, são atendidos por pessoal reduzidíssimo e em instalações precárias. Somente uma ação intensiva na área pode evitar a liquidação total dos Yanomami.

Antes da ocupação maciça dos garimpeiros, havia cerca de 9 mil Yanomami vivendo na fronteira com a Venezuela. As estatísticas estimam a morte de mais de 1.500 deles em Roraima, somente nas áreas atingidas pelos antropólogos. O massacre pode ser ainda maior.